

BRASIL: MOVIMENTOS SOCIAIS E IDENTIDADE (A LUTA PELA TERRA NO PAÍS E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA)

"Em nenhum lugar do mundo, em nenhum momento da história da humanidade, os que estão marginalizados conquistaram alguma coisa sem ser por meio da organização e da luta social."

José Rainha
(Líder dos Sem Terra)

MIRIAN CLAUDIA LOURENÇÃO SIMONETTI*

A partir do final da década de 70, diversos movimentos sociais ganham visibilidade política uma vez que resultam de um processo de resistência às mudanças políticas e econômicas operadas no país nas últimas décadas. Este período caracteriza-se pelo agravamento da crise econômica, bem como pela transição política onde, após um longo período em que as reivindicações dos trabalhadores foram silenciadas, os movimentos sociais ressurgem mostrando sua potencialidade no sentido de recriação de novos sujeitos e novos atores, numa perspectiva de sociedade ligada à idéia de mudança.

O golpe militar de 64, colocou na clandestinidade os movimentos populares, principalmente o movimento camponês, que marcou presença no cenário político nacional nos anos 50 e 60.¹ A atuação, principalmente das Ligas Camponesas, foi duramente reprimida durante a ditadura militar. Porém, em fins da década de 70 os movimentos sociais, com novas características, ressurgiram com mais intensidade no cenário político brasileiro, principalmente a partir do processo de abertura política.

Nas grandes cidades organizaram-se em torno de de uma gama variada de demandas, entre as quais se destacaram os movimentos operários-sindicais, aqueles que se processaram em torno do acesso à terra, à moradia e bens de consumo coletivo e os movimentos de mulheres, negros, dentre outros. O eixo desses "novos movimentos sociais", como se convencionou denominá-los, caracterizou-se sobretudo pela maneira de fazer política descentralizada, autônoma e espontânea, ainda que estas características e o alcance delas tenham sido superdimensionadas por parte da produção intelectual da época.²

Professora Assistente da Universidade Estadual Paulista - UNESP - CAMPUS DE Marília - São Paulo.

¹ Sobre os Movimentos Sociais no campo ver Martins, J. de Souza "Os Camponeses e a Política no Brasil. Vozes, Petrópolis-RJ, 1983.

² Sobre os novos movimentos sociais ver: Scherer- Warren, Ilse ### Kriskke, Paulo J. (orgs). Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul; Sader, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena.

No campo, a medida que crescem as situações de violência e exclusão dos trabalhadores, definem-se várias frentes de luta. No conjunto podemos identificar as lutas contra a exploração e contra a expropriação. Contra a exploração ganha visibilidade o movimento dos trabalhadores rurais se posicionando contra a exploração do trabalho e reivindicando melhores salários e condições de trabalho através do movimento sindical. Nas lutas contra a expropriação, são os posseiros em luta pela terra de trabalho. As nações indígenas demandando a demarcação de seus territórios. Os movimentos dos pequenos produtores desapropriados pelas construções de grandes obras públicas (hidrelétricas), exigindo do Estado terras para produzir. O movimento dos pequenos proprietários por preços justos pelos seus produtos e contra a subordinação a indústria. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja organização tem sua origem na luta dos trabalhadores expropriados da terra e através do acampamento em terras públicas e privadas reivindicam do Estado o direito de ter acesso à terra com o objetivo de produzi-la.

Os movimentos no campo vão sendo produzidos a partir de situações muito diversas, constituindo-se a partir não só de condições econômicas particulares, mas também de experiências concretas relativas às lutas travadas, das alianças que estão sendo construídas e das oposições com que os diversos sujeitos vem se defrontando em seu cotidiano. Sendo assim, as lutas pela terra no país têm diferentes origens e desdobramentos. No nordeste, moradores, foreiros e posseiros estiveram envolvidos em lutas de resistência à expansão do gado e das plantações de cana sobre as áreas que ocupavam. Surgem também as organizações de camponeses excluídos de suas terras pelas construções de barragens; no centro e no norte, são principalmente posseiros "velhos" e "novos", que lutam pelo reconhecimento de seus direitos à vida, à terra, à produção, ou seja, à terra de trabalho contra a terra de negócio.³ A ação governamental e a investida de capitais internacionais em grandes projetos para a região amazônica, abriu a possibilidade para a emergência dos seringueiros em luta pela terra e pela floresta como fonte extrativista; No oeste, além dos posseiros, surgem pequenos proprietários transferidos por empresas de colonização e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); No sudeste, grandes projetos de celulose e de turismo no litoral, expulsam antigos posseiros. Em outra área dessa região, ex-pequenos proprietários, ex-parceiros, ex-rendeiros e atuais bóias-frias, ocupam terras devolutas ou não em busca da terra de trabalho; na região sul, além da construção de hidrelétricas em áreas férteis de pequenos proprietários, crescem os filhos dos pequenos proprietários que não conseguem comprar terra e se reproduzir enquanto camponeses. A esse processo verifica-se a ação dos índios Kaingang da reserva de Nonoai que expulsa os rendeiros de suas terras, dando início ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).⁴

³ Utilizamos a distinção de terra de trabalho e terra de negócio conforme Martins (1991: 55), para quem "quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro."

⁴ Sobre as lutas no campo ver Medeiros, L. S. "História dos Movimentos Sociais no Brasil", Fase, Rio de Janeiro-RJ, 1989.

A unidade dos movimentos sociais, tanto do campo quanto da cidade pode ser expressa pelo fato de ser o Estado o seu interlocutor privilegiado, uma vez que é ele quem regulamenta as formas de apropriação e do uso do solo, da riqueza, as relações de trabalho, etc. Além disso, o próprio processo de desenvolvimento capitalista da agricultura, sobretudo via sua industrialização, tem eliminado gradativamente a separação entre campo e cidade. Esta unidade está ligada tanto às atividades econômicas que unem comércio e indústria com a agricultura e pecuária, quanto com a presença do trabalhador do campo como morador da cidade. A cidade tornou-se palco das lutas dos trabalhadores rurais em busca de melhores salários, dos camponeses ao reivindicarem melhores preços para seus produtos e melhores condições de produção e principalmente, lugar privilegiado das grandes manifestações dos trabalhadores vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, cujos integrantes são moradores do campo e da cidade. Se de um lado o processo de desenvolvimento capitalista propicia e acelera a concentração urbano/industrial, de outro, será nesse lugar - a cidade - que as manifestações da sociedade civil ganharam visibilidade pública e política.

Vários autores que interpretam os movimentos sociais que emergem na década de 70, destacam que uma de suas características essenciais está na forma como os mesmos se constituíram, ou seja independente dos partidos tradicionais de esquerda, ganhando destaque a forma autônoma e espontânea de seu surgimento. Para Sader (1991: 314), os movimentos sociais "mostravam que havia recantos da realidade não recobertos pelos discursos instituídos e não iluminados nos cenários estabelecidos da vida pública. Constituíram um espaço público além do sistema da representação política, através de suas formas de organização e de luta, eles alargaram as fronteiras da política. Neles apontava-se a autonomia dos sujeitos políticos que buscavam o controle das suas condições de vida contra as instituições de poder estabelecidas."

Segundo Sader (1988:26), "O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação. Foram assim redescobertos movimentos sociais desde a sua gestação no curso da década de 70. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas."

Para o autor, a autonomia dos movimentos sociais em relação aos partidos e ao Estado, e sua espontaneidade vista como capacidade desses sujeitos em formularem seus próprios interesses apareceram como o reverso (e como crítica) da subordinação, da tutela, da manipulação e cooptação dos anos pré-64. Assim, a espontaneidade e autonomia apareceram como qualificadores desses movimentos. O fato de se constituírem enquanto movimentos autônimos, não significou a falta de direção política, ou seja, o autor mostra como os mesmos tornaram manifesta uma apropriação do mundo que juntou experiências vividas com a ação conjunta constituídas por práticas, falas e interpretações pouco a pouco construídas, de múltiplas maneiras, por diferentes pessoas, e diferentes mediadores, dentro de espaços como as CEBEs (Comunidades Eclesiais de Base)⁵, Associações de moradores e outros espaços onde

⁵ Espaços de politização organizados por grupos progressistas dentro da igreja católica, sobre as Comunidades Eclesiais de Base veja-se Beto, F. O que é comunidade eclesial de base. Brasiliense, São Paulo. 1981.

as mais variadas experiências puderam ser conjugadas. Podemos estender essa análise para a compreensão das lutas no campo, sobretudo àquelas que aparecem no cenário nacional na década de 80 como o MST.

Essas considerações iniciais demonstram que a novidade dos movimentos sociais, tanto no campo quanto na cidade, veio informar novas formas de concebê-los. A preferência por uma ou outra forma de compreender os sujeitos nos movimentos sociais passou a ser essencial para entender a sua realidade, e conseqüentemente, para nossa pesquisa. Dessa forma, verificamos através da literatura sobre o assunto que abre-se um leque de opções metodológicas e que não há um consenso entre os autores que expressam diversas concepções sobre o tema nem dentro do marxismo. Assim, consideramos por bem recuperar algumas análises sobre o assunto antes de iniciarmos nossa reflexão sobre o MST.

Dentro do Marxismo, encontramos, grosso modo, duas diferentes interpretações sobre os fenômenos chamados movimentos sociais os quais denominamos de visões dialéticas e não dialéticas. Do ponto de vista das análises não dialéticas os movimentos sociais são formas específicas de ação social cuja motivação é exterior aos indivíduos que deles fazem parte. Ou seja, os indivíduos não escolheriam suas ações motivados por desejos próprios, subjetivos, mas pela pressão das circunstâncias, que os obrigariam a agir dessa maneira e não da outra. Os sujeitos sociais seriam vítimas das condições sociais presentes, o que lhe determinaria a totalidade de suas intenções.

Dentro desta perspectiva podemos situar a obra de Touraine (1989: 7), que define os movimentos sociais como "conflitos" de classes sociais contra a ordem, cuja existência tende a generalizar-se na "sociedade pós-industrial" porque está faz com que desapareçam o sagrado e as tradições, instituições cuja função é a de transmitir do passado para o presente as regras de organização social e cultural que fundam a coletividade. Para o autor, com "o declínio do sagrado e das tradições, generalizam-se os conflitos, o que enfraquece, progressivamente e frequentemente de maneira espetacular o papel da inteligência, definida como o conjunto de pessoas instruídas que servem de mediadora entre as categorias excluídas do sistema político e este." (1989:7). O conflito, essência do movimento social, é associado pelo autor a um comportamento de não conformidade, e tolerado na sociedade pós-industrial pelas características de um sistema político aberto. Caso contrário, quando há um fechamento do sistema político, e o mesmo é submetido ao despotismo, os movimentos sociais se dispersam e acabam por se confundir com comportamentos marginais e de desvio.⁶

Tais análises podem ser encontradas sobretudo nas interpretações derivadas de Lênin e Gramsci.⁷ Nessa perspectiva, os movimentos sociais devem ser analisados

⁶ Entre outros estudos do mesmo autor, ver Touraine, A. "Os Novos Conflitos Sociais: para evitar mal entendidos", In Revista Lua Nova, N 17, junho, 1987, São Paulo.

⁷ Há vários autores que abordam essa questão, dentre eles ver Sherer-Warren, I. "Movimentos Sociais", Editora UFSC, 1987; Lenin, V.I. "O Que Fazer?" Hucitec, 1978; Gramsci, A. "A Concepção Dialética da História", Civilização Brasileira, 1978.

privilegiando-se a categoria "consciência de Classe"⁸. Partem do pressuposto que é essencial para que os indivíduos se agrupem num movimento social, a superação dentro de si da ideologia dominante, que lhes impede de enxergarem a realidade das condições em que vivem. No entanto, sobretudo para Lênin, Gramsci e seus seguidores, a consciência de classes não é alcançada espontaneamente pelas pessoas. A consciência é um estágio do pensamento somente conseguido pela "massa"⁹, quando ela se rende e aceita a orientação do partido que vai atuar como "vanguarda revolucionária do proletariado" - em Lênin - ou como "intelectuais orgânicos" - que para Gramsci são aqueles que organizam e direcionam a massa.

Nessa concepção, a "massa" não tem qualquer condição de deflagrar movimentos sociais amadurecidos politicamente por não ser consciente de si. Os movimentos sociais que não contam com a presença do partido político ou de intelectuais orgânicos, situam-se ao nível do pré-político, não sendo relevantes para a transformação da sociedade.¹⁰

As interpretações baseadas em Lênin e Gramsci tendem a elaborar modelos de consciência que a "massa" deve incorporar para conduzir-se e assim agir corretamente, tais como modelo de "consciência operária", "camponesa- revolucionária", entre outros,

⁸ A componente essencial na abordagem marxista sobre movimentos sociais é a categoria "consciência de classe". E é ao redor dessa categoria que aparecem as divergências teóricas dentro do marxismo clássico, sendo ela responsável por propostas de "práxis" que levam ao "vanguardismo" sugerido por Lênin e Gramsci, e ao "basismo" representado por tendências mais voltadas ao pensamento de Lukács e sobretudo de Rosa Luxemburg. Onde o "Vanguardismo" refere-se a defesa da necessidade de uma elite intelectual, política ou outra que possa orientar e dar direção ao movimento em seu desenvolvimento, tendo também um papel importante na conscientização dos membros do grupo participante. Já o "Basismo", refere-se às idéias de Luxemburg. Segundo Loureiro (1987:), "para Luxemburg não é possível substituir o proletariado pelo partido. Para ela o processo de conscientização é arduo, na medida que a maioria dos trabalhadores está preocupada em sobreviver que disposta a lutar pela tomada de poder. Mesmo assim, a consciência não pode ser introduzida de fora, na classe, por uma vanguarda esclarecida ao contrário de Lênin do "Que Fazer?". Para Luxemburg, assim como para Marx, a passagem da consciência em si à consciência para si é fruto das experiências vividas, insatisfações, decepções, derrotas mais que vitórias da própria classe. Na luta recupera-se o atraso e o proletariado aprende com sua própria experiência, seus equívocos o que é mais importante do que evitar erros mediante a tutela de um comitê central. Luxemburg segue os ensinamentos de Marx, para quem não só a consciência de classe se adquire na luta, como era na prática revolucionária que os homens transformavam ao mesmo tempo o mundo e o seu eu." "A Consciência de Classe em Rosa Luxemburg." Texto preliminar/notas para discussão de Isabel Maria Loureiro, 1987.

⁹ Fernandes, B. M. Elabora um texto para discussão interna no MST denominado "Amassando a Massa- Para uma Crítica ao Conceito de Massa, onde questiona o uso da expressão "frente de Massas" dentro do MST, por considerar que "tanto a esquerda quanto a direita vê a massa como objeto de manipulação - massa de manobra. (...) A Massa não tem razão, embora tenha propostas não consegue realiza-las, ela não pensa, apenas absorve os comandos de seus líderes que ajudam a massa a se organizar para atingir seus objetivos."

¹⁰ Sobre a discussão entre o político e pré-político nos movimentos camponeses ver Martins, J. De S. Camponeses e a Política no Brasil, Vozes, Petrópolis-RJ, 1983. Em várias obras o autor mostra que com frequência a discussão sobre a relação do camponato e a política repousa na pressuposição de que o camponato é estranho a política. O que se liga a suposição de que no processo político o camponês só pode ter uma presença passiva e subordinada aos interesses de outra classe social - conservadoramente, à burguesia ou aos proprietários de terra; revolucionariamente, ao proletariado. Para Martins(1983:12), "a possibilidade do camponato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista.

sempre objetivando chegar ao socialismo. Em várias análises que optam por esse caminho, percebe-se a ênfase na impotência política dos subalternos e na sua desqualificação enquanto sujeitos autônomos na deliberação dos rumos das próprias vidas.

Outro autor que interpreta os movimentos sociais nessa perspectiva, é Barrington Moore Jr. (1975:555), que conclui em sua obra que "o campesinato é uma categoria impotente por não conseguir formular e agrupar-se em projetos autônomos, necessitando da ajuda de elementos de outras classes, principalmente dos intelectuais, para promover movimentos."¹¹

A interpretação dialética, opõe-se a interpretação anterior uma vez que a análise dos movimentos sociais resulta do esforço de compreender, segundo Pocker (1996:25) "a relação contraditória entre as circunstâncias (elementos objetivos que determinam as condições materiais e ideológicas da existência presente) e as intenções (elementos subjetivos da ação), determinados não somente pelas circunstâncias imediatas da vida do sujeito, mas também influenciados por aspectos imaginários da cultura e da tradição, ligados ao passado e que muitas vezes se manifestam num projeto de vida utópico, como se pode verificar em alguns movimentos camponeses."¹²

Atualmente, tanto na Geografia quanto na Sociologia encontramos vários autores que interpretam os movimentos sociais na perspectiva dialética,¹³ em parte desses estudos, verificamos uma tendência entre as análises que se postulam dialéticas e vinculadas ao marxismo a utilizar o conceito de identidade como elemento explicativo para entender os movimentos sociais.

Brandão (1986), em sua obra, mostra a problemática da identidade e de sua percepção pelo sujeito como movimento a um só tempo individual e coletivo, que acontece quando do reconhecimento da diferença proporcionado por relações de oposição, onde o diferente é o outro. Desse processo resulta a "consciência da alteridade: a descoberta do sentimento que se arma de símbolos da cultura para dizer que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou". Para o autor a descoberta da identidade acontece num ambiente relacional, ou seja em situações em que o indivíduo se coloca frente a um "outro", a qual se opõe, daí se firmando como igual a si mesmo, reconhecendo-se como pertencente a uma comunidade de iguais. O autor revela, que o índio se apreende como índio no momento em que a descoberta da própria identidade emerge frente à do invasor, quando ela está ameaçada de se perder para ele. Já para Martins, esse processo

¹¹ Barrington Moore Jr. "As origens sociais da ditadura e democracia. Senhores e Camponeses no mundo moderno", Cosmos, Lisboa, 1975, p.555.

¹² Pocker, José Geraldo A. b. "A Prática da Vida e os Desencontros da Libertação", Dissertação de Mestrado apresentada a FFLCH da USP em 1994.

¹³ A esse respeito ver as obras de José de Souza Martins, sobre a luta pela terra no campo, com especial destaque situamos essas duas obras "Caminhada no Chão da Noite", SP, Hucitec, 1989, e a "A Chegada do Estranho", SP, Hucitec, 1993.

ocorre no momento em que ele se descobre como diferente, descobrindo a natureza do dominador.¹⁴

Para Brandão (1986), a construção de identidades sociais é um processo complexo onde se articulam a memória das lutas passadas, as experiências vividas e partilhadas, as tradições históricas e culturais do grupo, assim como a imagem socialmente construída sobre ele. A construção de identidades sociais comporta relações de continuidade e descontinuidade que o grupo mantém com sua própria história; comporta ainda graus maiores e menores de coesão interna, não supondo uma homogeneidade e é fruto também de processos concretos de enfrentamentos, em que opositores vão sendo identificados e relações de alteridade estabelecidas.

O uso do conceito "identidade" permite superar as limitações que o emprego da categoria "consciência de classe" impõe, possibilitando enxergar os movimentos sociais também como resultante de intenções objetivas, subjetivas, culturais e utópicas. Segundo Pocker (1996:27) "é inegável que os movimentos sociais, indistintamente, debruçam-se sobre reivindicações que se destinam a solução de problemas concretos e imediatos vividos por uma certa coletividade. (...) Para além dos vínculos com o real, há que se pensar os movimentos também como representações e reordenações de modos de vida idealizados, enquanto tentativa de recriação da imagem de um passado onde havia felicidade para cada um e simultaneamente para todos os que dele fazem parte." E conclui o autor, que isso implica na requalificação dos membros dos movimentos enquanto sujeitos históricos potencialmente transformadores.

Levando-se em consideração a especificidade daqueles que se organizam na luta pela terra, principalmente os que se agrupam no MST, torna-se difícil enquadrá-los teoricamente como classe social, devido a diversidade de relações sociais e econômicas sob os quais se encontram essas populações rurais em luta pela terra. Assim, se esses sujeitos, por mais diversificados que sejam, se organizam em movimentos sociais, não é porque desenvolveram uma consciência de classe, que age homogeneizando, mas sim porque entre eles é possível ver que há a presença de um modo de vida idealizado comum, a partir do qual se reconhecem, o qual possibilita que participem dos movimentos sociais, em busca da conquista da terra onde possam desenvolver e realizar sua cultura, sua visão de mundo, em suma o seu modo de vida "camponês".

Diante dessas considerações Evers (1984), reconhece a existência daquilo que chama de "novos movimentos sociais", deflagrados igualmente por novos tipos de agentes, motivados pela emergência de "identidades" que se constituem politicamente, os novos movimentos caracterizaram-se por terem suas metas concentradas na conquista de espaço e legitimidade no interior da sociedade civil e não na conquista do aparelho do Estado, como ainda alguns insistem em avaliar como tendência correta.¹⁵ Ou seja, para Evers (1984) não se trata propriamente de concebê-los como práticas subversivas de constestação, que se investem contra toda uma estrutura social buscando sua

¹⁴ Conferir Martins, J. de S. "A Chegada do Estranho", SP, Hucitec, 1993.

¹⁵ Ver Evers, T. "Identidade: a face oculta dos movimentos sociais". In Revista Novos-Estudos CEBRAP, n#### 4, São Paulo, abril de 1984.

superação, em direção ao "socialismo". Trata-se de entender os "novos movimentos" enquanto formas de luta cujas pretensões possam ser resumidas no ímpeto de instituir, dentro da sociedade civil, espaços para práticas sociais e culturais alternativas, que sejam reconhecidas, sem que isso represente a vontade de construir outra sociedade.

Para Martins (1991), os movimentos de luta pela terra vêm inclusive questionar os postulados teóricos mal resolvidos nas Ciências Sociais, onde reconhecer a potencialidade política dos subalternos é de vital importância para a aproximação entre as explicações teórica e o mundo dos homens concretos.¹⁶ Dessa forma, para ele a luta pela terra que se manifesta sobretudo nas ocupações de terra, observadas nos últimos anos, deve ser pensada em sua "complexidade e não na sua simplicidade". Tais lutas não estão sendo interpretadas corretamente, uma vez que vários autores as analisam em uma perspectiva economicista o que não corresponde àquilo que está de fato envolvido na luta pela terra, *que é uma redefinição do direito de propriedade*. Dessa forma, *a luta pela terra é mais do que a luta pela "reforma agrária" ou "pela propriedade da terra"*. Para o autor uma questão fundamental para se entender os movimentos sociais no campo refere-se ao fato de que *"a luta pela terra é luta pela vida, não pela terra strictu sensu; a luta pela terra é um instrumento da luta pela vida. E a vida não é uma vida material simplesmente, ter comida, ter casa, (...); é uma vida plena, uma vida cheia de significado, uma vida na qual aquilo que as pessoas crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo."* Ou seja, sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades.¹⁷

São essas as principais questões teóricas que tem nos possibilitado compreender os movimentos de luta pela terra no Brasil, principalmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), responsável por ter conquistado grande espaço no cenário político nacional. Suas ações espetaculares na forma de grandes ocupações e a construção de acampamentos - em terras públicas ou privadas - as grandes caminhadas, seus símbolos e suas bandeiras de luta vem dando o tom a luta pela terra no país a partir da última década e possibilitado a re-construção do território camponês no país.

¹⁶ Conferir Martins, J.de S. "Caminhada no Chão da Noite". Hucitec, SP, 1991.

¹⁷ Para Martins (1991a :10) "A população está desenvolvendo diferentes tipos de lutas em diferentes regiões do Brasil. Essas lutas estão centradas na questão fundiária, mas não se limitam a elas. São mais complicadas do que uma mera Reforma Agrária; e aí reside uma primeira deformação, o reducionismo de toda questão agrária a uma questão de luta pela terra." Para o autor tem havido um empobrecimento político das reivindicações dessa populações do campo, não apenas em função de uma leitura urbana, iluminista, de classe média, mas também em função do que convém às esquerdas. Ou seja, para o autor as esquerdas não estão interessadas em assimilar a complexidade das reivindicações das populações rurais, que é uma luta mais ampla porque é uma luta pela vida.

BIBLIOGRAFIA

GRAMSCI, A. A. "Concepção Dialética da História", Civilização Brasileira, 1978.

LÊNIN, V. I. O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

_____. "O Que Fazer?" Hucitec, 1978

MST - Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo. Cadernos de Formação, n. 11. São Paulo, 1986.

POCKER, José Geraldo A. B. "A Prática da Vida e os Desencontros da Libertação", Dissertação de Mestrado, FFLCH da USP, São Paulo, 1994.

SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.